

18 MAI 1990

# Um equívoco

**A**reação manifestada no Senado, por suas lideranças, contra o projeto que institui o "Diário do Congresso Nacional" na televisão é justa e está baseada numa linha correta de raciocínio. De fato, como afirmaram diversos líderes, a iniciativa em nada contribui para melhorar a imagem da instituição parlamentar, antes podendo prejudicá-la.

Interferir no horário nobre das emissoras de TV, como se fez abundantemente por ocasião da campanha eleitoral e, sempre, com manifestações de desagrado dos telespectadores, é algo por si só capaz de inverter os resultados que se deseja alcançar com o programa. Além disso, há a considerar o fato iniludível de que o programa não terá atrativo especial para o público, justamente por ser diário. Só muito eventualmente, nas situações em que o Congresso estiver deliberando sobre matéria de grande envolvimento da opinião pública, o programa poderia ser suscetível de despertar interesse. Na rotina, será desinteressante, enfadonho e, por persistência, irritante.

Além destes aspectos de fato, convenha-se não residir na divulgação o problema central da imagem do Congresso. Ela está prejudicada pela incapacidade persistente da instituição em elevar-se ao nível exigido pela sociedade brasileira. Extrema lentidão no processo decisório, forte tendência ao populismo, omissão de deliberação em questões essenciais, como a regulamentação do texto constitucional e, notadamente, o clientelismo na sua política de pessoal respondem pelo descenso da sua imagem pe-

rante a opinião pública. A atitude que em relação ao Congresso os meios de comunicação assumem apenas reflete o que ali se passa. A comunicação social por si mesma não é capaz de, arrostando tantas dificuldades, criar do Congresso imagem favorável.

Louvamos a preocupação dos que, sinceramente, se preocupam com a atual forma de inserção do Congresso na opinião pública brasileira. De fato, um Congresso forte, respeitado e defendido é essencial à estabilidade democrática. Mas a estratégia selecionada é contraproducente, porque não parte de onde deveria partir: da reformulação interna do próprio poder, visando a dar-lhe a consistência política que ainda não conseguiu constituir. Só depois a comunicação social terá um papel a cumprir. Mas, ainda assim, não será adequada a criação de um programa compulsório em horário nobre das emissoras de TV. O público reagirá e os resultados serão negativos.

Há uma razão política também, muito relevante, com a qual o Congresso deveria preocupar-se antes de instituir o programa obrigatório. É a necessidade de se conter o interventionismo do poder público nos negócios privados. A idéia de que, sendo um serviço concedido, a televisão ou o rádio devem estar disponíveis para a propaganda oficial é um equívoco. Os meios de radiodifusão constituem empresas privadas e como tal devem ser tratados. Aliás, todo o sistema empresarial privado do País tem sido muito maltratado por excesso de regulamentação ou interferências lesivas à liberdade que deve existir numa economia de mercado.